

Objetificação e Brasilidade: Análise de Laura Matsuda (*Street Fighter V*)¹

Pedro de Souza MELO²

Soraya Maria Bernardino Barreto JANUÁRIO³
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Os games constituem hoje numa influente mídia que comunica narrativas que carregam construções culturalmente dominantes. Essas construções podem ser vistas na caracterização de personagens e como elas posicionam-se na narrativa, o que inclui padrões de representação que colocam as mulheres de modo hipersexualizado e fetichizado sob uma ótica eurocêntrica. A forma que a mídia usa o corpo feminino é criticado pelo feminismo, que ressalta o efeito de naturalização de pensamentos. O feminismo negro destaca as particularidades que as negras enfrentam, o que inclui uma sexualização mais agressiva. Considerando a maneira que jogos, sendo mídia, refletem esses pensamentos, estuda-se como a personagem Laura, do game *Street Fighter V*, reflete em sua caracterização tais construções sexistas e racistas.

Palavras-chave

Jogos eletrônicos; comunicação; feminismo; cultura; semiótica

Introdução

A mídia, mesmo como entretenimento, exerce uma importante função social. Ela transmite opiniões (AZAMBUJA, 2005), ensina comportamentos (LOURO, 2008) e mantém padrões (WOLF, 1992). Entre os pensamentos transmitidos, há ideais patriarcais e racistas, que transmitem suas noções dos ditos “papeis sociais” em produções midiáticas, tais como o cinema, TV, publicidade e também os jogos eletrônicos.

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Estudante recém-graduado do curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFPE, email: pedrosouzamelo@yahoo.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Comunicação da UFPE, email: sorayabarretopp@gmail.com

Com elevados números de vendas e lucro (NEWZOO, 2016), os games têm uma presença crescente nas residências do Brasil e do mundo. Os bilhões de jogadores que os consomem, sejam crianças ou adultos, têm contato com representações de mulher que refletem o pensamento hegemônico, ou seja, visões que tendem a transmitir mensagens sexistas e limitadoras sobre o que é ser mulher e qual papel ela exerce, o que entra em interseção com questões étnicas e culturais.

Com isso, o artigo procura entender de que forma essas questões encontram-se refletidas em Laura Matsuda, personagem mulher e brasileira do game de luta *Street Fighter V*. Em 2016, o quinto título da série apresentou Laura, que deseja que o Jiu-jitsu de sua família seja respeitado e conhecido pelo mundo. Apesar de subverter estereótipos de papéis sexuais, afinal, lutar é uma atividade considerada viril e, portanto, masculina (FORMIGA; CAMINO, 2001), Laura tem sua imagem e seu corpo hipersexualizados e objetificados para a contemplação dos jogadores.

Para compreender de que forma ela relaciona-se com construções hegemônicas de raça e gênero, faz-se uma análise de suas vestimentas, características físicas, expressão corporal, atuação na narrativa e forma que seu corpo é enquadrado pela câmera do jogo. Procura-se relacionar os atributos identificados com estereótipos de representação encontrados na mídia, que naturalizam valores patriarcais e eurocêtricos, como hipersexualização do corpo feminino e negro, fragilização da mulher e comportamentos socialmente construídos como “femininos”. Para isso, entretanto, é preciso realizar uma breve revisão do que o feminismo e os movimentos raciais têm a dizer sobre tais representações.

Feminismo e representação midiática

O feminismo é um movimento social, político, ideológico e cultural não só em nome da libertação feminina da dominação masculina como também do fim da manutenção e reprodução de hierarquias fundamentadas no sexo (TELES, 1999). Ele surge como forma de combate ao que o machismo e o patriarcado tomam como naturais.

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 9-10).

Dessa forma, o feminismo insere questionamentos de uma perspectiva sociocultural que nega a justificativa de relações de dominação, discriminações e violências pelo fato da mulher ser do sexo feminino. As razões para a submissão estariam no que socialmente é estabelecido como compatível à mulher.

A crítica feminista a essas interpretações culturais fortalece-se em sua segunda geração, à partir da década de 60. Afinal, a cultura é um importante elemento de aprisionamento, visto que tem grande influência no comportamento de homens e mulheres e na forma em que eles se relacionam. Nas palavras de Eagleton (2005, p. 13), “cultura também é uma questão de seguir regras”.

A segunda onda debruça-se sobre tais regras e procura desconstruir o próprio conceito de “mulher”. Nessa geração, Simone de Beauvoir e seu livro, *O Segundo Sexo*, se tornam um marco no feminismo e na compreensão da complexa hierarquia entre homens e mulheres. Para a autora, durante o processo de socialização, a mulher recebe influências e são pedagogizadas numa posição diferente, secundária, à do homem. (BEAUVOIR, 2009).

Portanto, as diferenças entre homens e mulheres seriam baseadas numa construção social e não, de fato, biologicamente herdadas. As ideias de masculino e de feminino não seriam nada mais que conjuntos de ideias que não necessariamente estariam (ou deveriam estar) ligadas ao sexo do indivíduo. A sociedade ensinaria ao homem e à mulher a ser o que deles ela espera.

Dessa forma, o homem, desde a infância, aprende a ser guerreiro, líder, forte, duro, ativo. Seus brinquedos são carrinhos, bonecos de personagens de ação, e suas brincadeiras envolvem lutas e combate. As meninas recebem bonecas delicadas, bebês de brinquedo, maquiagem, itens domésticos infantilizados e brincam de ser mãe ou de atividades menos ativas. Se elas correm, fazem barulho e se sujam, são repreendidas a

“agir como uma mocinha”. Os meninos, por sua vez, não incomodam, afinal, eles estavam fazendo o que lhes seria natural (GRACIANO, 1978).

As artes e as mídias também realizam a função de pedagogização das diferenças de gênero ao refletir hierarquias culturalmente herdadas. Seu consumo, de acordo com Louro (2008), faz com que papéis sociais sejam aprendidos. Além disso, o homem, no âmbito de uma sociedade androcêntrica, e sua retratação de superioridade e dominação, detém poder inclusive na produção midiática (BARRETO JANUÁRIO, 2016, p. 79-81). Essas mídias, logo, têm um conteúdo de acordo com uma visão hierárquica masculina que alimenta no imaginário relações e padrões desejados pelos homens. A mulher, muitas vezes silenciada, percebe estar cercada de narrativas em que comportamentos e posturas estão tão presentes que estranho seria não segui-los.

Essa imagem comum feminina presente na mídia constitui a representatividade, e sua problemática está intrinsecamente ligada à imposição masculina de atributos que lhes são desejáveis.

Então, a representação consiste em despir um objeto do que lhe é acessório e conservar o que é essencial, de modos que ele possa corresponder a todos os objetos daquele tipo. A questão que eu levanto é que toda a representação passa por uma subjetividade: alguém que determina o que é essencial e deve ser preservado e o que é acessório e pode ser descartado. Em uma sociedade em que a experiência masculina é valorizada e a experiência feminina é trivializada, o traço essencial a qualquer representação vai se prender à experiência masculina (SCHWANTES, 2006, p. 11).

Em outras palavras, as hierarquias contidas nas diferenças de gênero encontram na mídia forma de serem reproduzidas e naturalizadas. Entretanto, esse pensamento não diz respeito apenas a um binarismo de homem x mulher. Questões étnicas também são hierarquizadas e naturalizadas pela mídia, atribuindo papéis sociais a minorias dentro da minoria “mulher”. Dessa forma, há a intersecção de movimentos, como o feminismo negro, para que estudos e ações sejam dirigidos às particularidades do cruzamento dessas classes.

Interseccionalidade e feminismo negro

Por muito tempo, os estudos e movimentos de gênero pensavam “mulher” como uma identidade homogênea e que enfrentava exclusivamente questões ligadas ao sexismo. Entretanto, essa perspectiva refletia uma hierarquia presente dentro do próprio movimento feminista, que era “dominado pela miopia das feministas consideradas brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 692). Mulheres que não pertencessem de alguma forma a essas categorias de identidade passavam por vivências que não eram consideradas do ponto de vista dos estudos de gênero. Assim, fez-se necessário transformar a classe “mulher” em “mulheres” (CARNEIRO, 2008) para que se compreendesse todas as particularidades e diferentes violências vividas pelas mulheres.

Esse novo pensamento, em que diferentes identidades femininas são pensadas além do fator biológico para também considerar categorias socioculturais, é referido como interseccionalidade, “uma perspectiva interseccional que recusa qualquer redução de subjetividades históricas complexas a categorias identitárias fixas, desconectadas entre si” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 697). A interseccionalidade permite entender que existem discriminações que atingem certas mulheres e outras não. Nesse caso, especialmente, o fator racial incide na forma de representação e visibilidade.

Rios e Silva (2015) explicam que é comum que, em casos de discriminação, seja olhada apenas uma classe a sofrer a violência. Por exemplo, se uma situação é sofrida por uma mulher negra, costuma-se analisar o caso ou pela ótica do racismo ou do sexismo. Mas a discriminação interseccional é diferente da discriminação múltipla. Esta diz respeito a situações diferentes e isoladas em que uma minoria sofre violências. Uma pessoa pode sofrer por uma condição em uma situação e pelo gênero em outra. Já na intersecção, a violência age sobre a identidade como um todo.

Por exemplo, em um caso de discriminação contra a mulher, a percepção pode ser reduzida meramente ao critério sexual, ficando invisível o contexto racial. A interseccionalidade permite visualizar não só o aspecto imediato, mas também que certos contextos nada têm de neutro ou natural, ainda que cotidianos (RIOS; SILVA, 2015, p. 24).

Para explicar melhor de que modo a discriminação interseccional atua no cotidiano, Carneiro (2008) fez uma análise do caso Sirlei, em que uma mulher, negra, moradora da periferia e empregada doméstica foi agredida por um grupo de homens, brancos e de classe média alta sob a desculpa de que confundiram-na com uma prostituta. Outras mulheres, com um perfil similar ao de Sirlei, também tinham sido agredidas pelo grupo.

Dessa forma, Carneiro (2008) questiona: se Sirlei fosse branca ou de outra classe social, será que ela seria agredida? Mulheres com um perfil diferente também seriam “confundidas” e agredidas? Assim, percebe-se uma situação em que a violência é dirigida a uma identidade específica de mulher, em que identidades socioculturais são tão relevantes quanto identidades biológicas. Nas palavras da autora, “não se trata somente de violência contra a mulher, mas sim de conhecer de que mulher se fala e em meio à que relações de poder ela se encontra situada” (CARNEIRO, 2008, p. 145).

Apesar da teoria da interseccionalidade ser relativamente recente, os preconceitos raciais e de classe, bem como suas implicações, possuem amplo debate no feminismo negro, que nasce à partir dessas especificidades que, usualmente, não entravam em discussão pelo feminismo “padrão”, branco, eurocêntrico e de classe média. Damasco, Maio e Monteiro (2012) apontam como momento crucial para o fortalecimento do feminismo negro no Brasil as lutas pela saúde das mulheres negras. Nos anos 80, políticas de controle de natalidade eram planejadas tendo como alvo a população negra, considerada responsável pelo aumento populacional e problemas urbanos decorrentes. Essas políticas incentivavam a realização de cirurgias de esterilização, enquanto demais métodos contraceptivos não recebiam a mesma divulgação.

A problemática da saúde reprodutiva e sexual da mulher negra e sua relação com políticas públicas é um exemplo de discriminação interseccional (RIOS; SILVA, 2015), pois atinge exclusivamente esse grupo, não entrando nas pautas do movimento negro, engajado em questões predominantemente masculinas, nem no movimento feminista tradicional devido à hierarquia de demandas brancas.

O feminismo negro também vai apontar como a discriminação racial afeta as representações sociais de mulheres negras e pardas. Moreira (2007) aponta que cultural-

mente a negritude é associada a funções ou ocupações ligadas ao corpo, seja de forma sexual ou laboral.

O que nós, brasileiros, simbolicamente representamos e comunicamos acerca das mulheres negras obedece a um padrão de sexualização de um corpo que, em nossas múltiplas formas de comunicar, refere-se a um tipo de mulher desenhada como uma pessoa que, além de inspirar sexualidade, é “condicionada” às práticas servis e manuais, herança de sua conformação identitária no cenário brasileiro. Existe um símbolo mulher negra que é o padrão acionado nas mentes dos membros da sociedade brasileira todas as vezes que mencionamos essa categoria (MOREIRA, 2007, p. 14-15).

Dessa forma, é possível perceber que a mulher negra tem uma relação com o problema da objetificação sexual diferente da mulher branca. Essa diferenciação é resultado do próprio contexto histórico em que elas foram inscritas não só no Brasil como também em demais culturas escravocratas ocidentais. Em *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre já percebia uma diferença nas percepções sociais sobre a sexualidade e corpos de mulheres negras, pardas e brancas.

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: "Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar"; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as "virgens pálidas" e as "louras donzelas". Estas surgem em um ou em outro soneto, em uma ou em outra modinha do século XVI ou XIX. Mas sem o relevo das outras (FREYRE, 2003, p. 71-72).

Assim, é possível observar tratamentos, e, conseqüentemente, papéis sociais, diferentes dados a mulheres de acordo com a cor e tom de pele. A atribuição desses papéis segue uma lógica racista que coloca negras e pardas como mais conectadas a aspectos naturais e animais, o que justificaria a dominação branca e a escravidão. Sobre isso, bell hooks (1995, p. 469) explica:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações inculcaram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual”, os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental.

De acordo com Gonzalez (1980), essas representações são papéis sociais construídos para as pessoas negras com base no que a elas era imposto nos anos de escravidão. Entre eles, há a “mãe-preta”, a negra com função de cuidado com os filhos dos senhores brancos. Na atualidade, esse papel é visto em empregadas domésticas, que, vistas como *quase* da família, mudam-se para a casa dos empregadores e dedicam-se a cuidar da limpeza do lar ao zelo das crianças (MOREIRA, 2007).

Outro papel, de acordo com Gonzalez (1980), é o da “mulata”. Em uma primeira leitura, esse seria um papel positivo, afinal, a “mulata” é desejada e cortejada como uma verdadeira rainha. Entretanto, esse papel é nada menos que uma prestação de serviços. Tal como a doméstica tem o seu trabalho de “mãe”, a “mulata” presta serviços sexuais.

Essa perspectiva criada sobre a mulher negra não fica contida no Brasil, no entanto. Essa imagem é vendida a outros países como pertencente à identidade de “ser brasileira” desde tempos muito antigos. Gomes (2010) conta que, nas narrativas coloniais, o Brasil era descrito como Éden e, suas mulheres nativas, Evas pecadoras, portanto disponíveis sexualmente. Posteriormente, essas narrativas são retomadas pelo turismo (figura 1), que divulga ao mundo um país tropical, repleto de belezas naturais em que mulheres lindas, sensuais e disponíveis pertencem à paisagem.

A mulher funde-se com a natureza, compondo a paisagem brasileira vendida como paraíso. Nesse paraíso Brasil, a mulata começa a se destacar como atrativo para diferenciar o paraíso Brasil de outros destinos construídos como paradisíacos. O imaginário de brasilidade deve ser reforçado para que o Brasil se torne destino turístico, assim a fusão

entre mulher e natureza na comercialização do paraíso, deve ser reforçada com a fusão de mulher e cultura, com a comercialização da mulata. Assim, o Brasil se torna um paraíso de mulatas, onde natureza exuberante, mulheres sensuais e mestiçagem, fundem-se na figura da mulata (GOMES, 2010, p. 54).

Figura 1 - Campanha publicitária turística usa de sexualização



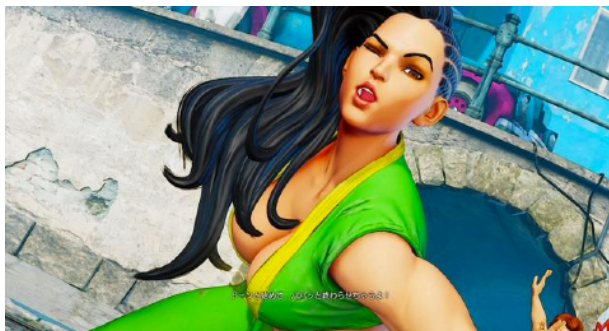
Fonte: G1, 2014

Para compreender como a “iconografia de corpos de negras” (HOOKS, 1995, p. 469) pode apresentar-se na mídia de modo a naturalizar tais construções discutidas pelo feminismo negro, faz-se a seguir uma análise da personagem Laura Matsuda, do videogame *Street Fighter V*, sob a ótica dessas teorias.

Análise de Laura

É possível notar diversos estereótipos que convergem com a ideia de “mulher brasileira” e o sentido de brasilidade, incluindo a sexualização da mulher parda, na aparência e vestimentas de Laura (figura 2). Ela usa uma blusa amarrada que cobre apenas parcialmente os seios e expõe todo o abdômen. A calça cobre inteiramente suas pernas e não chega a marcar sua silhueta. No entanto, há uma faixa entre as nádegas que enfatiza e provoca o olhar para essa região. Seu corpo é propositalmente exposto para que o olhar masculino seja atendido, mesmo que essa exposição não apresente coerência prática com a função que ela exerce, ou seja, uma lutadora que deveria vestir-se de acordo com as exigências de seu esporte.

Figura 2 - Aparência de Laura



Fonte: Omelete, 2016

As roupas possuem como cores predominantes o verde e amarelo, tonalidades reconhecidas como integrantes da bandeira do Brasil e da identidade brasileira, o que serve como representação da nacionalidade da personagem. Em ambos os braços há várias pulseiras coloridas, que expressam alegria e extroversão. A lateral direita de seu cabelo é composta por tranças nagô, importante ícone cultural e identitário negro (PIRES; MOCELLIN, 2016), enquanto o outro lado é solto, volumoso e ondulado, mais semelhante aos padrões eurocêntricos. Essa união de signos negros e europeus pode ser lida como forma de representar a diversidade étnica e miscigenação brasileira, que, de acordo com o mito da democracia racial, teria ocorrido de forma pacífica rumo à construção de uma nova etnia (ARAÚJO, 2008). No entanto, sendo mito, a valorização de pessoas não brancas pouco manifesta-se nas dinâmicas sociais. Assim, é possível afirmar que Laura carrega em sua imagem signos que expressam sensualidade, alegria, sexualização, miscigenação e identidade brasileira.

As características físicas de Laura estão perfeitamente alinhadas aos padrões de beleza: jovem e curvilíneo. Sabe-se que, ainda que exista um ideal padronizado de beleza para ambos os gêneros, as mulheres são mais afetadas. Afinal, os padrões a elas impostos são mais rígidos e existe uma cobrança maior para que elas se adequem a esse modelo, o que possibilita uma maior propensão a problemas de autoimagem (WOLF, 1992). Dessa forma, Laura é mais um reforço de manequins excludentes vendidos pela mídia.

Também é possível analisar a forma com que a etnia de Laura foi expressa pelo jogo. Ainda que o game não determine a ascendência da personagem, é possível encontrar sugestões de miscigenação que convergem com a ideia de “mulata”, que estaria cul-

turalmente representada numa posição hierárquica de sensualidade superior às representações brancas e negras (FREYRE, 2003). Seu sobrenome é oriental (Matsuda) e seu irmão (figura 3) é negro, entretanto, ela também possui características faciais, como nariz, lábios e cabelo mais próximos ao visto em pessoas brancas. Além disso, sua pele possui um tom não tão escuro, mas também não muito claro, distanciando-se bastante da aparência do seu irmão, de pele escura e cabelos crespos. Dessa forma, essa problemática pode ser analisada de duas formas: uma sendo o “embranquecimento” da personagem para que ela, mesmo não sendo branca, mantenha-se dentro dos padrões estéticos eurocêntricos; outra como o distanciamento de Laura da ideia de negra, associada ao trabalho laboral, para que ela seja vista mais fortemente como a “mulata” sexualizada e miscigenada pertencente à tradição de representações sociais brasileiras (GOMES, 2010).

Figura 3 - Irmão de Laura



Fonte: Fighters Generation, 2016

A linguagem corporal também reforça a sexualização da personagem. Seu olhar, entre-aberto, e os lábios, geralmente curvados em um meio sorriso, transmitem sugestão sexual (BELMIRO; LAURINDO; VIANA, 2016). Entretanto, seu comportamento, grosseiro, espalhafatoso, hiperativo e agressivo, subverte o padrão de delicadeza e passividade ensinado às mulheres (FORMIGA; CAMINO, 2001). Porém, devido ao excesso de referências à sexualidade, esse seu lado subversivo pouco destaca-se. Também é possível relacionar seu comportamento às ideias construídas sobre a negritude, que cria imagens de mulheres mais “selvagens” que as brancas (HOOKS, 1995). Além disso, os enquadramentos de câmera presentes no jogo continuam reforçando sua objetificação. Em sua primeira aparição, a câmera aproxima-se dos quadris e percorre suas curvas,

retratando o olhar masculino que faz com que seu corpo seja ainda mais evidenciado, objetificado e desejado pelos jogadores (MALLUF; MELLO; PEDRO, 2005). A câmera explicita o discurso de que, por mais forte que Laura seja e subverta certos estereótipos, seu corpo foi feito para ser contemplado.

Portanto, conclui-se que Laura, mesmo tendo personalidade forte e realizando subversões pontuais de estereótipos de gênero, retrata uma visão hipersexualizada da mulher. Além disso, ela ainda expressa a fetichização de uma etnia e de uma nacionalidade, resultado de construções históricas que retratam um pensamento racista e misógeno. São essas construções que, na “vida real”, naturalizam a desvalorização de mulheres negras, pardas e indígenas para que sejam objeto de consumo masculino, tendo suas necessidades emocionais e perspectivas pessoais apagadas.

Conclusão

Compreendemos os games como mais um tipo de mídia da indústria de entretenimento que, assim como as demais, é capaz de legitimar estereótipos sociais. Importa dizer que o trabalho analisa apenas um caso de personagem em jogos eletrônicos. Todavia é possível perceber tendências de comportamento e representação, numa visão geral, sobre a cultura *mainstream* dos games. Sabe-se que é impossível representar e analisar toda uma indústria em sua diversidade com um único trabalho. Entretanto, levando em conta os questionamentos levantados pelos estudos atuais de representatividade midiática feminina, o recorte possibilita que padrões sejam debatidos e questionados.

Fundamentando-se na análise realizada, é possível inferir que há continuidade na naturalização desses padrões de representação feminina nos jogos eletrônicos. Laura encontra-se dentro dos padrões da idealizada beleza feminina (WOLF, 1992): magra, jovem e curvilínea. Mesmo que a cor de sua pele seja uma fuga nos padrões eurocêntricos, o que ocorre é a fetichização de sua etnia e cultura. O Brasil não é retratado de modo que suas mulheres se identifiquem com Laura, mas sim de uma forma em que a identidade brasileira atenda a preferências sexuais. Os ângulos de câmera e sua linguagem corporal enfatizam os aspectos eróticos da personagem, o que faz com que subver-

ções, como o fato de Laura ser uma lutadora, uma mulher em território construído como masculino, sejam apagados para que a imagem dela associe-se mais fortemente ao corpo.

Dessa forma, percebe-se que, mesmo que existam avanços concentrados na construção psicológica e narrativa de diversas personagens, esse progresso convive com visões tradicionais de imagem feminina que colocam-nas como objetos de desejo masculino. Assim, por mais que os avanços vistos na representatividade devam ser reconhecidos, são necessárias mudanças ainda mais profundas para que as mulheres, principalmente de etnias não brancas, libertem-se de representações discriminatórias, encontrando não só exemplos de força, mas também de diversidade legítima.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?** 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 77 p. (Coleção Primeiros Passos).

ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.979-985, dez. 2008. Fap- UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 out. 2016.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 17. ed. São Paulo: Globo, 2005. 345 p.

BARRETO JANUARIO, S.M. **Masculinidades Em (Re)Construção**: Gênero , Corpo E Publicidade, Covilhã, Labcom.IFP, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 809 p. Tradução de Sérgio Milliet.

BELMIRO, Dalila Maria Musa; LAURINDO, Priscila Fernandes de Araújo; VIANA, Pablo Moreno Fernandes. De adjetivo a substantivo: a resignificação dos signos femininos na construção da marca de cervejas Devassa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Intercom, 2016. p. 1 - 15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/lista_area_IJ-DT8.htm>. Acesso em: 7 nov. 2016.

CARNEIRO, Rosamaria. Da (in)visibilidade do caso Sirlei Dias Carvalho: um estudo interseccional da violência contra a(s) mulher(es). **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**,

[s.l.], v. 30, n. 2, p.137-145, 19 dez. 2008. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v30i2.3196>. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/3196>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 13, n. 3, p.691-703, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2005000300014>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300014>. Acesso em: 23 abr. 2017.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.133-151, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000100008>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100008>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005. 202 p. Tradução de Sandra Castello Branco.

FORMIGA, Nilton Soares; CAMINO, Leoncio. A dimensão do inventário de papéis sexuais (BSRI): a masculinidade e feminilidade em universitários. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 41-49, Aug. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2001000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2001000200004>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. 750 p.

GOMES, Mariana Selister. A (des)(re)construção do Brasil como um paraíso de mulatas. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.48-70, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/turismocultural/article/view/98410>>. Acesso em: 28 out. 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 1980, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpocs, 1980. p. 223 - 244.

GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 25, p.29-43, 1978. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1708/1693>>. Acesso em: 9 set. 2016.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.464-478, jul. 1995. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, [s.l.], v. 19, n. 2, p.17-23, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072008000200003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 9 set. 2016.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000410037>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NEWZOO. Games Market Intelligence and Insights. 2016. Disponível em: <<https://newzoo.com/insights/markets/games/>>. Acesso em: 23 set. 2016.

PIRES, Karen Tolentino de; MOCELLIN, Maria Clara. Manipulando cabelos e identidades: um estudo com mulheres negras em Santa Maria-RS. **África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 21, p.1-20, jan. 2016. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/edicao21.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 16, p.11-37, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151602>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200011>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SCHWANTES, Cíntia. Dilemas da Representação Feminina. **Opsis: Revista do NIESC**, Catalão, v. 6, n. 1, p.7-19, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9308#.V8M4N5MrJPN>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 166 p. (Tudo é história).

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 439 p. Tradução de Waldéa Barcellos.